## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° DE 2009 Do Sr. Deputado Eleuses Paiva

Acrescenta o § 4° ao art. 9° do Decretolei n° 406, de 31 de dezembro de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Acrescente-se o seguinte § 4° ao art. 9° do Decreto-lei n° 406, de 31 de dezembro de 1968:

"Art.9°	

"§ 4° Quando se tratar de prestação de serviços por sociedades uniprofissionais médicas empresárias ou simples, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1°, calculado em relação a cada profissional habilitado que preste serviços em nome da sociedade, desde que cada profissional responsabilize-se pessoalmente pelo serviço prestado." (NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que as sociedades médicas uniprofissionais empresárias ou simples, em relação ao fato gerador do ISS, prestam serviços, em situação equivalente, até mesmo semelhante, pois ambas realizam serviços sob a responsabilização pessoal de seus prestadores e sócios. Faz-se necessário que essas sociedades tenham um tratamento tributário isonomico.



Ademais, a carga tributaria suportada por clinicas médicas uniprofissionais empresárias já é demasiadamente pesada, fato que ocasiona, para muitas delas, o encerramento de suas atividades e às que ainda permanecerem no mercado serão obrigadas a reajustar seus preços a fim de compensar o recolhimento do ISS entre tantos outros tributos.

Com isso, a população menos favorecida será prejudicada em face da dificuldade no acesso aos serviços médicos de imagenologia, classificados como de proteção à saúde e considerados essenciais à prevenção e ao diagnostico de graves doenças.

Estas as razões que me levaram a apresentar o presente projeto de lei complementar, para cuja aprovação solicitamos apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, de

de 2009

Deputado Eleuses Paiva
DEM/SP

